



ATA DE REUNIÃO

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sede da autarquia RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério, nº. 3553 (Centro), em cumprimento ao que estabelece o Decreto Municipal nº 16.524, de 23 de outubro de 2012 e alterações, reuniu-se o comitê de investimentos da RIOPRETOPREV, composto pelos *Membros*: Hélio Antunes Rodrigues (coordenador), José dos Santos Filho e Mário José Piccarelli de Castro. Participou também da reunião o Coordenador de Gestão de Custeio e Investimentos, Rubem Severian Loureiro. A reunião teve como pauta: **I – Abertura dos Trabalhos; II – Recepção de Instituições Financeiras; III – Votação da Ata da Reunião Anterior; IV – Deliberação sobre credenciamentos solicitados (se houver); V – Avaliação da carteira de investimentos no mês anterior; VI – Discussão e deliberações quanto aos novos investimentos (se houver).** O coordenador do Comitê de Investimentos, Hélio Antunes Rodrigues, dá abertura aos trabalhos. Em ato contínuo, os membros do comitê de investimentos apreciam e aprovam a ata nº 29. Em seguida, os membros iniciam a análise da carteira de investimentos da entidade, referente ao mês de novembro de 2016, utilizando-se, para tanto, as informações levantadas pela Coordenadoria de Gestão de Custeio e Investimentos: **a) Cenários e Expectativas do Mercado:** *Retrospectiva: Nos EUA, o republicano Donald Trump foi eleito presidente do país, surpreendendo o mercado. Os EUA elegeram o empresário e candidato republicano Donald Trump para a presidência nos próximos quatro anos. Apesar de conseguir maior quantidade de votos de eleitores, a candidata democrata, Hillary Clinton, perdeu em número de delegados (atribuídos ao vencedor em cada estado). Donald Trump também contará com maioria republicana nas duas casas legislativas. Com uma plataforma econômica baseada no protecionismo (em termos comerciais e de fluxos de imigração) e na expansão fiscal (por redução de impostos e expansão de investimentos em infraestrutura), o novo presidente eleito dos EUA trouxe mais incerteza aos mercados globais. As propostas de aumento de gastos fiscais fizeram com que commodities relacionadas à cadeia de infraestrutura se valorizassem. A provável restrição ao comércio exterior, por outro lado, provocou reações negativas principalmente na China e nos vizinhos da América no Norte, dada a possibilidade de revisão de alguns termos de acordos comerciais importantes. Apesar das incertezas, o FED manteve o roteiro adotado nos últimos meses, admitindo que o estado da economia dos EUA requer ajustes na política monetária no curto prazo, o que reforça a ideia de aumento de 25 pontos base na taxa de juros em dezembro. Na Europa, a eleição de Donald Trump pode gerar um cenário de maior incerteza política. Para além das questões econômicas, houve aumento da incerteza nas eleições majoritárias na Holanda, na França e na Alemanha em 2017. O fortalecimento de discursos nacionalistas anti-imigração e anti União Europeia pode tornar a questão da unidade do bloco ainda mais turbulenta. Com relação aos dados econômicos, o PIB da Zona do Euro do 3º trimestre revelou perda de força da economia alemã e aceleração da atividade na Itália. Na margem, a região cresceu 0,3%, mantendo o mesmo ritmo de expansão do trimestre anterior. Em termos anuais, o crescimento foi de 1,6%. A dinâmica inflacionária, por sua vez, segue comedida. O núcleo da inflação (exclui itens voláteis) de novembro se manteve em 0,8%, permanecendo distante da meta de 2% estipulada pelo Banco Central Europeu (BCE). Diante do quadro de incerteza política e sem diagnosticar uma tendência latente de aceleração inflacionária, o BCE deve manter sua política monetária acomodaticia nos próximos meses. Na Ásia, os indicadores de atividade mostraram crescimento na região. No Japão, o PIB do terceiro trimestre avançou 2,2%, em termos anualizados, na comparação com o segundo trimestre, quando registrou crescimento de 0,8%. O resultado surpreendeu positivamente, ficando acima da expectativa do mercado (0,7%). A aceleração do crescimento no terceiro trimestre foi puxada pelo setor externo líquido, que teve contribuição de 1,8 ponto percentual para o avanço do PIB. O bom desempenho da economia no terceiro trimestre reduziu a pressão sobre o Banco Central do Japão para a adoção de novas medidas de estímulo no curto prazo. Na China, embora os indicadores de atividade tenham apresentado crescimento em outubro, os resultados ficaram abaixo da expectativa do mercado. A produção industrial e as vendas do varejo avançaram 6,1% e 10,0%, respectivamente, em outubro na comparação anual. Os resultados ficaram abaixo da expectativa de mercado, que esperava alta de 6,2% e 10,7%, respectivamente. Por sua vez, os*



investimentos em ativos fixos registraram avanço de 8,3%, ligeiramente acima da expectativa do mercado (8,2%). Os atuais dados da economia chinesa sugerem ligeira moderação do PIB no quarto trimestre. Assim, o PIB deve ter alta de 6,6% no quarto trimestre após crescimento de 6,7% no trimestre anterior. No Brasil, o PIB mostrou um quadro de piora no cenário de atividade. Na margem, o PIB recuou 0,8% no 3º trimestre, após contração de 0,4% no trimestre anterior. Essa queda ficou ligeiramente abaixo das expectativas e das projeções de queda de 0,9%, na mesma base comparação. A indústria contraiu 1,3%, na margem, com destaque para a indústria de transformação e construção civil, que recuaram 2,1% e 1,7%, respectivamente. O consumo seguiu contraindo no trimestre e recuou 0,6%, na margem, o que representa uma sequência de sete trimestres negativos. Os investimentos também tiveram uma reversão da ligeira melhora do segundo trimestre, e recuaram 2,4% na margem, após alta de 0,4%, no trimestre anterior. Com essa nova queda, a taxa de investimento recuou para 16,7% do PIB, o menor patamar desde o segundo trimestre de 2004. A demanda doméstica, que é composta pelo consumo, o gasto do governo e os investimentos, recuou 3,9%, na comparação anual. Acredita-se que o crescimento da economia deverá passar pela recuperação dos investimentos e do consumo, e a dinâmica atual de deterioração do emprego, da renda real e a elevada ociosidade da economia são fatores que limitam a recuperação maior no curto prazo. As expectativas de recuperação da atividade foram adiadas após a divulgação do resultado do PIB do terceiro trimestre. Com isso, foram revisadas as projeções de crescimento para 2017 de 0,7% para 0,2%, o que implica em crescimento na margem somente a partir do segundo trimestre de 2017. Para o quarto trimestre deste ano, as expectativas apontam para uma nova contração em torno de 0,3%, na margem. Outros Indicadores: O índice de confiança de serviços, calculado pela FGV, recuou 1,4 ponto entre outubro e novembro, chegando a 77,5 pontos, sendo este o segundo resultado negativo após forte trajetória de recuperação do indicador iniciada no início de 2016. A abertura mostrou que o recuo foi puxado principalmente pelo índice de expectativas que recuou 2,2 pontos (para 84,5 pontos), revertendo parte da recuperação dos últimos meses. O índice que mede a situação atual, por sua vez, caiu 0,6 ponto na comparação mensal, chegando a 70,9 pontos em novembro. O resultado primário do governo central de outubro apresentou surpresa positiva, com superávit de R\$ 40,8 bilhões, acima do esperado pelo mercado que projetava R\$ 36,4 bilhões. Vale lembrar, contudo que esse resultado de outubro foi fortemente influenciado pelo programa de repatriação de recursos do exterior, cujo total arrecadado, de acordo com a Receita Federal, foi de R\$ 45,1 bilhões, levando a arrecadação observada no mês para R\$ 148,7 bilhões, o maior nível da série histórica para o mês. No ano, o resultado primário do governo central acumula déficit de R\$ 56,7 bilhões, lembrando que a meta para 2017 é de um déficit de R\$ 170,0 bilhões. O Banco Central reduziu a taxa Selic conforme o esperado e sinalizou que o ritmo de cortes poderá ser alterado nas próximas reuniões. O Banco Central diminuiu a taxa Selic em 25 pontos base, levando-a para 13,75% a.a. No comunicado da decisão, o Copom reconheceu que os indicadores econômicos de curto prazo frustraram as expectativas, e que as evidências sinalizam uma recuperação mais demorada e gradual. A avaliação do cenário externo foi alterada para reconhecer o aumento da incerteza após o resultado das eleições americanas, e que isso provavelmente indica o fim do interregno benigno do cenário internacional para as economias emergentes. Com relação ao ciclo de flexibilização da política monetária, o Copom retirou a menção de um ciclo total “moderado”, mas manteve a avaliação que deverá ser gradual. Na avaliação sobre a magnitude e a intensificação do ciclo de política monetária, o Copom destacou dois condicionantes: a recuperação da atividade econômica e o comportamento do cenário externo, em especial, a taxa de câmbio. O reconhecimento do risco de retomada mais fraca que a esperada da atividade é um sinal importante para a sinalização da aceleração do ritmo de cortes na reunião de janeiro, mas o comportamento do câmbio deverá condicionar essa decisão. Acredita-se que a continuidade da frustração dos indicadores de atividade e a permanência da taxa de câmbio em patamar relativamente estável deverão permitir a aceleração do ritmo de redução da taxa Selic para 50 pontos base na reunião de janeiro. A expectativa é que a taxa de juros encerre 2017 em 10,5% a.a.

COMENTÁRIO FOCUS: Na pesquisa Focus, a projeção para o IPCA ao final de 2016 recuou para 6,69% (vindo de 6,88% há 4 semanas), enquanto para 2017 projeta-se 4,93% (vindo de 4,94% há 4 semanas). Para o final de 2016, a taxa de câmbio projetada ficou em R\$ 3,46/US\$ (vindo de R\$ 3,43/US\$ há 4 semanas), enquanto para o final de 2017 projeta-se R\$ 3,45/US\$ (vindo de R\$ 3,39/US\$ há 4 semanas). A projeção para a taxa de crescimento do PIB recuou para -3,43% em 2016 (vindo de -3,31% há 4 semanas) e



para 0,80% em 2017 (vindo de 1,20% há 4 semanas). A estimativa para a taxa Selic registrou 13,75% para o final de 2016 e em 10,50% para o final de 2017. Nas notas referentes à última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), na qual a taxa Selic foi reduzida em 25 pontos base (p.b.) para 13,75%, o BC trouxe novas informações referentes ao seu balanço de riscos para a inflação. Sinalizou que os dados mais recentes ainda não indicam reversão da queda de atividade, tornando menos provável o cenário em que esses indicadores “refletiriam oscilações naturais da atividade econômica em torno de momentos de estabilização”. Uma retomada mais gradual e demorada da atividade do que a antecipada poderia, então, reduzir suas projeções condicionais de inflação. Sobre a discussão acerca do ambiente externo, o Copom reconhece um cenário especialmente incerto, com o possível fim do interregno benigno para as economias emergentes. Ressalva, no entanto, que tais efeitos poderiam ser mitigados “por movimentos favoráveis nos preços de commodities com relevância para os termos de troca do país”. Ademais, “o fim do interregno benigno pode implicar condições financeiras externas mais apertadas, o que adicionaria um componente desinflacionaria”. Desta forma, ressalta que não há relação direta entre este cenário e a condução da política monetária, minimizando o risco advindo de um cenário externo mais incerto. Por fim, alguns membros do comitê ponderaram a favor de intensificar o ritmo de corte de juros já nesta última reunião, observando “os passos positivos no processo de aprovação das primeiras reformas fiscais e a piora nas perspectivas de recuperação da atividade econômica”. Outros membros, no entanto, argumentaram no sentido de esperar até janeiro para tomar tal decisão, e um consenso foi construído em cima deste posicionamento. Acreditamos que a ata, com indicações inclusive pesando de forma mais intensa do que o esperado o vetor de atividade mais fraca, é consoante com a expectativa dos agentes de aceleração do ritmo de queda de juros para corte de 50 p.b. na reunião de janeiro. Há quem projete que tal passo poderá ser continuado nas demais reuniões do ano, levando a Selic para 9,75% ao final de 2017. PERSPECTIVA: O cenário político continua dando o tom por aqui, com cada vez mais políticos envolvidos nos escândalos de corrupção, conforme as delações dos executivos da Odebrecht e demais empreiteiras são divulgadas. O Governo conseguiu aprovar com certa tranquilidade a PEC dos gastos na Câmara dos Deputados, em dois turnos, e no Senado. A reforma da previdência foi encaminhada à Câmara para tramitação, e seus termos tem gerado polêmica na medida em que dificulta o acesso do trabalhador ao benefício, o que deve gerar desgastes políticos profundos para o Planalto. Em contrapartida, o presidente Michel Temer discute internamente um minipacote de medidas para estimular a retomada da economia. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, embora no curto prazo a volatilidade tenda a se exacerbar e depreciar os preços dos ativos de maior risco, com vistas à obtenção de retorno no médio e longo prazos, há recomendações observadas nas avaliações de consultores de que uma carteira adequada ao atual cenário deve seguir a seguinte configuração: a) Exposição de 50% nos vértices mais longos (20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20 e 30% para o IMA-B Total e IMA Geral); b) 20% para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2, IRF M1+ e IRF-M Total); c) 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1 e pelo DI, que se constituiriam em uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras; d) Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que pode superar as metas atuariais; e) Quanto à renda variável, recomenda-se uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%).”; b) Diretrizes Estratégicas Estabelecidas pelo Comitê: “Neste mês, o noticiário relativo aos níveis de confiança em relação ao governo e à retomada do crescimento econômico, começaram a apresentar sinais negativos. Anteriormente, já havia sido aqui registrado que a melhora da confiança é condição necessária, porém não suficiente para a retomada da atividade. O cenário está influenciado pelo processo de alavancagem dos agentes econômicos: (i) Governo - a estabilização da dívida pública requer ações decisivas para o equilíbrio fiscal nos próximos anos, através de corte de gastos e/ou de aumento de impostos e/ou, ainda, de ações que façam subir a arrecadação de maneira saudável, ou seja, pela retomada do crescimento da produção, do emprego e do consumo. Entretanto, se o governo focar exclusivamente no corte de gastos, a própria consolidação fiscal contribuirá negativamente para a demanda doméstica no curto prazo, gerando mais e não menos



recessão; (ii) Empresas - o elevado endividamento, a redução da lucratividade e a alta ociosidade dos fatores de produção não favorecem uma retomada dos investimentos. Assim, a estratégia de sustentabilidade do negócio inibe a elevação dos gastos com capital fixo e pressiona para a redução do quadro de funcionários. Nesse ambiente, a taxa de desemprego deve continuar subindo; (iii) Famílias - a retração do mercado de trabalho e o aumento da taxa de juros nas linhas de crédito para pessoa física têm impedido o processo de desalavancagem dos indivíduos. O comprometimento de renda com pagamento de juros e amortização de dívida passada continua ao redor de 22% da renda mensal, prejudicando as decisões de consumo. Além disso, considerando que as empresas não devem iniciar um processo disseminado de contratação de novos trabalhadores, não se pode vislumbrar uma recuperação consistente do consumo, pelo menos até meados de 2017; (iv) Setor externo - em novembro houve desvalorização da taxa de câmbio, que partiu de R\$ 3,1805/US\$ em 31/10/16 para R\$ 3,3961/US\$ em 30/11/16 (preço de compra). Essa trajetória favorece as exportações brasileiras o que pode render algum aumento no superávit comercial. Com isso, o setor externo poderá contribuir positivamente com a produção interna nos próximos trimestres. A necessidade de ajuste no balanço de receitas e despesas, por parte do governo, das empresas e das famílias poderá, no curto prazo, prejudicar a recuperação da atividade econômica, devendo trazer como consequência um cenário de recuperação lenta e gradual no médio e no longo prazo. Nesse ambiente, as expectativas poderão favorecer a aceleração do ritmo de queda da taxa Selic, que já foi cortada agora em novembro, podendo ter essa queda acelerada nas próximas reuniões no início de 2017. O Banco Central terá possivelmente no futuro imediato, um amplo espaço para reduzir a taxa de juros, já estando bastante pressionado pelos agentes econômicos para agir nesse sentido. As estimativas de especialistas (Boletim Focus de 02/12/16) apontam para uma selic de 13,75% a.a. no final de 2016 e para 10,50% a.a. no final de 2017. Se esse cenário se confirmar poderá se iniciar um processo de desalavancagem dos agentes, podendo gerar impulsos para a atividade em 2018. O afrouxamento monetário seria outra condição necessária para a recuperação do consumo das famílias e do investimento das empresas. Em relação aos investimentos da Riopretoprev, esse cenário favoreceria já no curto prazo performances positivas nos fundos lastreados em títulos de médio e longo prazo, como os IMAs e IKDAs. Embora possa ser adequado ao Comitê de Investimentos, aguardar o início de 2017 até que Donald Trump tome posse nos EUA e, por aqui, fique mais clara a repercussão das delações da Odebrecht na conformação do cenário político. A estratégia de manter exposição paritária e equilibrada nos fundos de curto, médio e longo prazo deve, por ora, ser implementada. O Relatório Focus do Banco Central, de 02/12/16, aponta para um cenário de inflação com queda relevante no longo prazo. Projeta para novembro/16 um IPCA de 0,32% (vindo de 0,40% há 4 semanas) e para dezembro/16 um IPCA de 0,55% (vindo de 0,60% há 4 semanas). Para o ano de 2016 projeta um IPCA de 6,69% (vindo de 6,88% há 4 semanas) e para 2017 um IPCA de 4,93% (vindo de 4,94% há 4 semanas). Essas expectativas projetam uma taxa Selic em trajetória de queda. Isso favoreceria a performance dos fundos atrelados à inflação (IMAs e IDKAs). Também seriam beneficiados os fundos com títulos pré-fixados (IRF M Total e IRF M1+) que melhorariam sua performance. Projeta-se para o crescimento do PIB, um decréscimo de -3,43% (vindo de -3,31% há 4 semanas) em 2016 e um crescimento de 0,80% (vindo de 1,20% há 4 semanas) em 2017. Medidas associadas ao plano de concessões no setor de infraestrutura, em fase de preparação pelo governo, podem destravar a economia e a geração de empregos. Entretanto, em virtude das incertezas desencadeadas com a eleição americana, o Comitê de Investimentos, avaliou como necessário, no curto prazo, reduzir a exposição em fundos IMA B5, IMA GERAL, IMA B e IMA B5+. Portanto, implementou neste mês a decisão de reduzir a exposição nesses tipos de ativo com aplicação dos recursos em fundos de curto prazo. Em novembro ficou a carteira com as seguintes posições: vértice longo-longo (IMA B 5+; IDKA 20), com 4,36% (no mês anterior eram 5,01%); vértice longo (IMA B; IMA GERAL), com 6,19% (no mês anterior eram 33,07%) do PL do instituto; vértice médio (IMA B5; IDKA 2; IRF M; IRF M1+), com 26,47% (no mês anterior eram 32,19%) do PL; vértice curto (CDI; IRF M1;) 50,18% (no mês anterior eram 13,11%); e finalmente RENDA VARIÁVEL, 12,81% (no mês anterior eram 13,54%) do PL. Deve ser destacado que 20,03% (no mês anterior eram 5,9%) do PL estão aplicados em fundos IPCA que, embora sejam divulgados mensalmente os índices de "marcação a mercado", tais fundos estão rendendo valores acima da meta atuarial, por terem sido adquiridos em momento propício e que serão levados a vencimento."; c) Limites (artigos, incisos



e alíneas da resolução 3992/2010): “Conforme relatório da Coordenadoria GCI referente ao mês de novembro-2016, todos os fundos de nossa carteira estão enquadrados nos limites da Resolução 3922, ficando boa margem para que não ocorram desenquadramentos passivos. Neste mês não houve nenhum caso de desenquadramento passivo. O maior percentual em relação ao PL de um fundo é de 11,21% que ocorre com o Fundo CAIXA FI AÇÕES INFRAESTRUTURA (limite é 25%, cf Art 14 da Res 3922), sendo que os dois seguintes, o 2º e o 3º maiores são: WESTERN ASSET US INDEX 500 FIM com 6,63% do PL e BB ALOCAÇÃO FIC AÇÕES PREVID que tem 6,44% do PL. Por outro lado, o maior percentual em relação ao PL da Riopretprev é do fundo CAIXA BRASIL FI IRF M1 TP RF que tem 14,48% (limite é 20%, cf Art 13 da Res 3922), sendo o 2º e o 3º os seguintes fundos: fundo CAIXA BRASIL 2018 II com 14,17%; e BB PREVID RF IRF M TP FI que tem 10,04% do PL. Segue abaixo descrição detalhada: Renda Fixa: Art 7º,I,b => % PL 57,18% Limite 100%; Art 7º,III,a => % PL 14,45% Limite 80%; Art 7º,IV,a => % PL 14,59% Limite 30%; Art 7º,VII,b => % PL 0,97 Limite 5%; TOTAL RENDA FIXA 87,19%, LIMITE 100%. Renda Variável: Art 8º,III => % PL 8,28% Limite 15%; Art 8º,IV => % PL 4,53% Limite 5%; TOTAL RENDA VARIÁVEL 12,81%, LIMITE 30%”;

d) limites da política de investimentos referente às instituições financeiras: “Nossos investimentos estão enquadrados na Política de Investimentos no que se refere à concentração em duas instituições: BB e CAIXA somam mais de 50% dos recursos (BB com 22,47% e CAIXA com 50,64%)”; **e) Equilíbrio na distribuição dos recursos entre instituições e benchmarks (diversificação):** “Bom equilíbrio entre instituições e benchmarks, com boa diversificação de gestores e produtos e também de níveis de risco: (i) O Banco do Brasil tem 15 fundos (R\$ 64,04 milhões; ou 22,47% do PL), sendo 5 de renda variável (5 fundos bastante distintos em termos de tipos de ativo e estratégias de alocação, com predominância de fundos do segmento financeiro) e 10 de renda fixa (5 IPCA com carência até o vencimento dos títulos; 1 fundo DI; 1 IDKA 2; 1 IDKA 20; 1 IRF M1; 1 IRF M Total); (ii) A Caixa tem 14 fundos (R\$ 144,33 milhões; ou 50,64% do PL) sendo 2 de renda variável (1 Ações Infraestrutura e 1 Multimercado) e 12 de renda fixa (2 fundos DI; 4 IMAs, sendo 1 IMA B; 1 IMA B5; 1 IMA Geral; e 1 IMA B5+; 1 IRF M1+; 1 IRF M1; 1 IPCA Cred Priv; 2 IPCA Tit Publ, (estes últimos com carência até o vencimento dos títulos, com vencimento único para 2018 e 2024, respectivamente); e 1 IDKA IPCA 2A; (iii) O Bradesco tem 4 fundos (R\$ 43,17 milhões; ou 15,10% do PL), sendo todos de renda fixa (1 fundo DI; 1 IRF M1; 1 IMA B; e 1 IMA B5+); (iv) A Geração Futuro tem 4 fundos (R\$ 6,17 milhões; ou 2,17% do PL), 3 de renda variável e 1 de renda fixa, sendo 1 de Ações Dividendos; 2 de Ações Livres e 1 IMA B; (v) A XP Investor tem 2 fundos (R\$ 3,34 milhões; ou 1,17% do PL), ambos de renda variável, sendo 1 de Ações Dividendos; e 1 de Ações Livres; (vi) O Banco Safra tem 2 fundos (R\$ 6,32 milhões; ou 2,22% do PL), sendo 1 IRF M1 e 1 IMA B (este com estratégia diferenciada dos outros IMA B, pois aproxima os resultados aos fundos IMA B5); (vii) O Santander (R\$ 6,75 milhões; ou 2,37% do PL, 1 IMA B5); e (viii) A Western Asset (R\$ 11,01 milhões; ou 3,87% do PL, 2 fundos Multimercado, 1 deles com estratégia que obtém resultados com os contratos de juros futuros da BM&F e com a trajetória de um dos índices da bolsa americana, o S&P 500; e 1 Long & Short que obtém resultados com aluguel de ações em pares comprado x vendido).”; **f) Investimentos em Renda Fixa:** “Neste mês, 87,19% (R\$ 248,48 milhões) dos recursos ficaram em Renda Fixa. Dos 30 fundos de RF 10 deles são lastreados com ativos de curto prazo, todos eles com rendimento positivo no mês, fechando na média em 0,86% (acima da meta). Também os 9 fundos de médio prazo tiveram em sua maioria rendimento positivo. A exceção ficou com dois fundos IMA B5 (SAFRA e CAIXA) bem como o IRF M1+ da Caixa. Mesmo assim, na média esse segmento fechou o mês com rendimento positivo, em 0,10%. Entretanto, os fundos de longo prazo (4 fundos) e também os de longuíssimo prazo (7 fundos) puxaram para baixo o rendimento da carteira no mês. Os IMA B foram os responsáveis pela magnitude da desvalorização dos fundos de longo prazo, que na média ficou em -2,30%. Sozinho, o fundo BRADESCO IMA B foi o que mais contribuiu com a queda, fechando o mês em -3,38%. Os fundos de longuíssimo prazo, por sua vez, tiveram um desempenho bastante negativo, fechando o mês com -1,86%. Esse percentual só não foi maior graças aos fundos IPCA que estão nesse segmento, pois estes tiveram desempenho positivo (2 fundos) ou fracamente negativo (2 fundos). Os fundos de vértices mais longos



(longuíssimos) como IMA B5+ e o IDKA 20, em novembro representaram 3,03% da carteira e com performance de -1,86%, o que os levou a ter uma participação pequena no resultado negativo. Já os fundos de longo prazo, IMA B e IMA GERAL, embora tenha o Comitê reduzido ao longo do mês a exposição no segmento, fecharam o mês com 6,19% da carteira, mas com performance média de -1,99% e participação significativa no resultado negativo da carteira. Em virtude dos resultados acima descritos, o segmento de RF não teve fôlego para bater a meta atuarial (que ficou em 0,67% no mês) fechando na média em negativos -0,39%. Os fundos de vértices médios (IRF M1+; IRF M; IMA-B 5 e IDKA 2A), que representaram no mês 26,47% da carteira, também tiveram desempenho abaixo da meta atuarial (0,10% na média): IRF M1+ com -0,05%; IRF M Total com 0,29%; IMA B5 com -0,36%; e IDKA 2 com 0,57%. Com isso contribuíram negativamente para o atingimento da meta atuarial. Os fundos de vértice mais curto (IRF-M 1 e DI) representaram no mês 50,18% da carteira, tiveram um desempenho positivo (0,86% na média) e contribuíram positivamente para a superação da meta: IRF M1 com 0,67% e DI com 1,15%. Os fundos IPCA que representam neste mês 20,03% da carteira apresentaram um rendimento positivo em média, contribuindo para superação da meta. Porém, os fundos IPCA apresentam em seus extratos mensais as valorizações ou desvalorizações (neste mês valorizações) nas condições de "marcação a mercado" e não a "marcação na curva" que, para o caso desses fundos específicos, é o que vale para efeito do cumprimento da meta atuarial. Assim, o fechamento do mês (-0,39% na RF) acabou sendo bem inferior à meta (que registrou 0,67%). No conjunto os fundos de RF tiveram desvalorização de R\$ 976,4 mil (-0,39%).

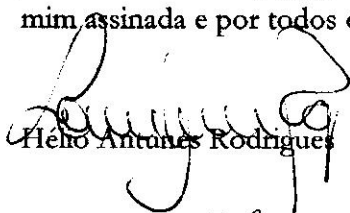
g) investimentos no segmento de renda variável: "No mês, 12,81% (R\$ 36,51 milhões) dos recursos ficaram aplicados em Renda Variável. O segmento teve desempenho muito negativo, puxando o rendimento para longe da meta atuarial, atingindo na média -4,99%, porém apresentando grandes contrastes. Apenas os fundos multimercado tiveram valorização, fechando na média de 3,39%. Houve fundo que fechou com -12,05% (BB SEGURIDADE), enquanto outro registrou -10,97% (GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS) e outro ainda que fechou em -10,79% (GERAÇÃO FUTURO SELEÇÃO). Os fundos com menor desvalorização foram: GERAÇÃO FI AÇÕES (-6,82%); BB ALOCAÇÃO (-6,90%) e CAIXA INFRAESTRUTURA (-7,98%). Nenhum dos 11 fundos de ações (RV) ficaram acima do IBOVESPA no mês, que registrou -4,65%. Esta marca foi superada apenas pelos 3 fundos multimercado. Em novembro os fundos de ações (RV) que representam 8,28% da carteira, ou 64,6% do valor aplicado em RV, contribuíram de maneira significativa para o resultado negativo do mês. Da desvalorização de R\$ 2,89 milhões verificada para o conjunto da carteira, nada menos que R\$ 2,34 milhões aconteceu nos fundos de ações. Em meses anteriores, conforme comentários registrados neste relatório, o Comitê de Investimentos havia decidido manter a participação em RV, pois considerava que os fundos investidos têm fundamentos bastante sólidos e que no longo prazo iriam contribuir para superar a meta atuarial. Para se ter uma ideia mais precisa sobre essa afirmação basta citar que os fundos de renda variável, embora tenham ficado na casa dos 12/13% do total da carteira, contribuíram com 16,4% do resultado acumulado do ano (jan-nov/16). Enquanto os fundos de RF que ficaram na casa do 86/88% da carteira contribuíram com 83,6% do resultado do ano. Em comparação com a meta atuarial do mês (0,67%), o segmento de RV registrou -744% da meta. Os fundos de renda variável, no conjunto, geraram um rendimento negativo de R\$ 1.917,1 mil, que representa na média -4,99% de desvalorização dos ativos."

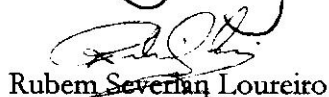
h) principais indicadores dos investimentos: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL: RENDIMENTO (em R\$ mil): -R\$ 2.893,5; RENDIMENTO (em %): -1,01%; META ATUARIAL (%): 0,67%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): -1,22%; CDI: 1,04%; IBOVESPA: 4,65%; IBX-50: -4,73%; IRF M1: 1,05%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL (%): NO MÊS: -150,75%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 67,94%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 123,64%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 118,01%; DO ANO EM CURSO: 124,38%; DESDE O INÍCIO ADM CARTEIRA: 62,26%; DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 100,03%. O Comitê de investimentos também analisou a proposta de política de investimentos de 2017 a ser encaminhada ao Conselho Municipal de Previdência, aprovando-a. Faz parte integrante desta ata a respectiva minuta da política. Para constar, eu Adriano Antonio Pazianoto,

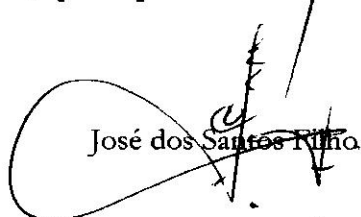


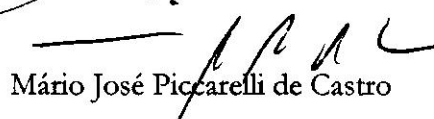
Comitê de Investimentos – Ata nº 30

289 servidor designado para acompanhamento e registro dos trabalhos do comitê de investimentos,
290 _____, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por
291 mim assinada e por todos os presentes.
292


Hélio Antunes Rodrigues


Rubem Severina Loureiro


José dos Santos Rêgo

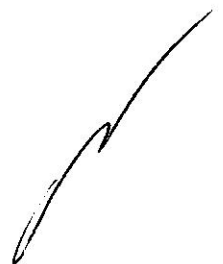

Mário José Piccarelli de Castro

7

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO**

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2017**

Dezembro de 2016



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVO	3
3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017	3
3.1.Economia mundial.....	5
3.2.Questões relativas ao cenário interno	6
4. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS.....	8
4.1.Macroalocação Estratégica	8
4.2.Objetivo de Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação e Carteira.....	8
4.3.Segmento de Renda Fixa	9
4.4.Segmento de Renda Variável.....	9
4.5.Segmento de Imóveis	10
4.6.Vedações	10
5. META ATUARIAL.....	10
6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS.....	11
6.1.Gestão Própria	11
6.2.Órgãos de Execução.....	11
7. CONTROLE DE RISCO	11
7.1.Controle do Risco de Mercado	12
7.2.Controle do Risco de Crédito	12
7.3.Controle do Risco de Liquidez	13
8. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	13
9. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO – GESTOR E ADMINISTRADOR ...	13
9.1.Processo de Seleção e Avaliação de Gestores/Administradores	15
9.2.Processo de Credenciamento	16
11. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010", o comitê de investimentos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2017, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. OBJETIVO

A Política de Investimentos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos acumulados até o momento, garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação "Risco X Retorno"**.

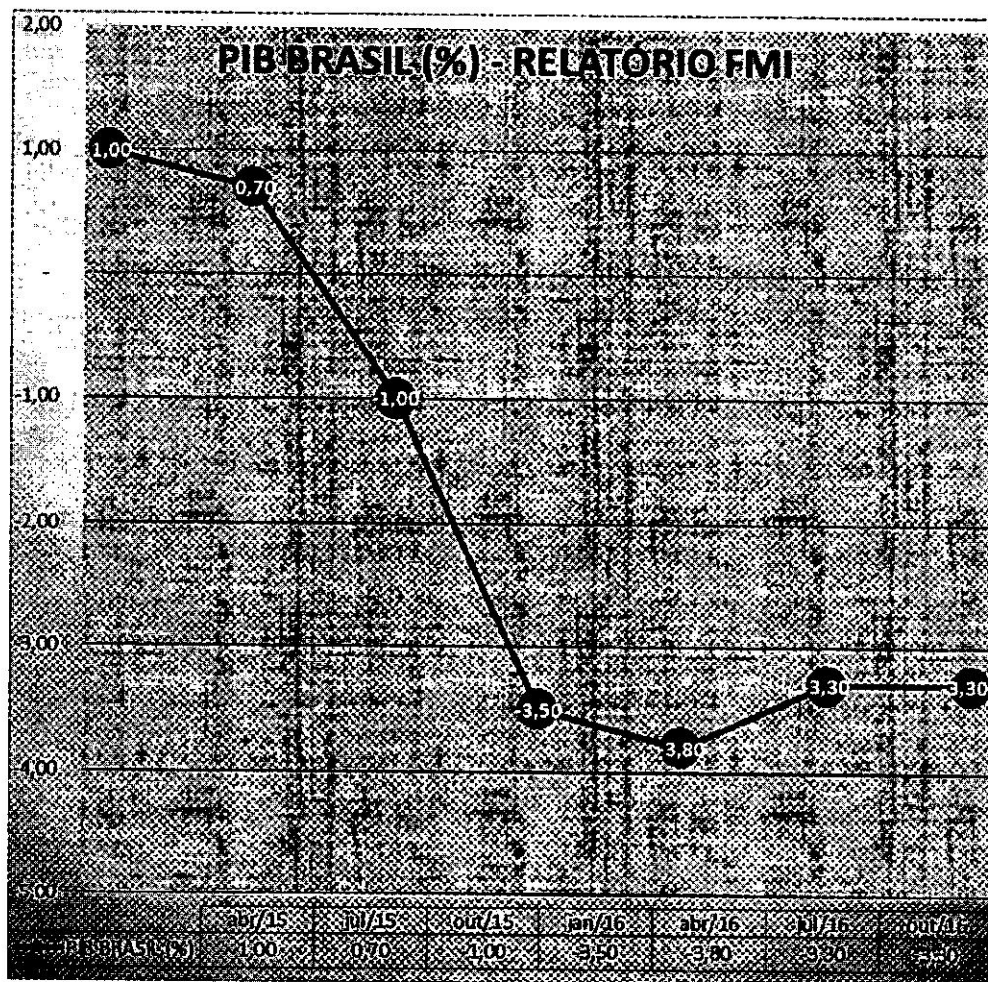
Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O Fundo Monetário Internacional (FMI) não alterou suas previsões a respeito do desempenho da economia brasileira neste ano e no próximo. Em relatório divulgado em outubro, o Fundo manteve a projeção de queda de 3,3% do Produto Interno Bruto em 2016 e de alta de 0,5%, em 2017. Nas

estimativas mais recentes apresentadas em julho, o FMI havia melhorado pela primeira vez – após cinco revisões para baixo – sua projeção para o PIB deste ano. No relatório de abril, o Fundo previa que a economia "encolheria" 3,8% (ver gráfico abaixo).

PROJEÇÕES DO FMI PARA 2016-2017



Ainda segundo análise do FMI, a economia do Brasil permanece em recessão, mas a atividade parece estar perto “da virada”, à medida que os efeitos dos choques passados – o declínio nos preços das commodities, os ajustes dos preços administrados de 2015 e a incerteza política – se dissipam. A economia continua a se contrair, embora em um ritmo mais moderado, a inflação está acima da faixa de tolerância do Banco Central e a credibilidade da política tem sido severamente prejudicada por acontecimentos que antecederam a “transição de regime”. O Fundo indica a necessidade de o país retomar a confiança e impulsionar a atração de investimentos.

O resultado esperado pelo FMI para o PIB do Brasil em 2016 está próximo da visão de economistas, divulgadas na pesquisa Focus do Banco Central (30/09/16), que veem contração de 3,14%. Para 2017, entretanto, o levantamento do BC aponta expectativa de expansão de 1,30%. Para o FMI, os

países da América Latina e Caribe devem "encolher" 0,6% este ano – uma piora de 0,2 ponto percentual em relação à última previsão. Em 2017, a previsão de alta de 1,6% foi mantida.

3.1. Economia mundial

O FMI também manteve a projeção de crescimento da economia mundial em 2016. O órgão prevê que o mundo vá crescer 3,1% neste ano, a mesma indicada em julho. Para 2017, a estimativa ficou igual: avanço de 3,4%: "O aumento previsto para o crescimento global em 2017, para 3,4%, depende crucialmente do avanço em mercados emergentes e em desenvolvimento, como Brasil, Nigéria e Rússia, que deverão mais do que compensar a constante desaceleração da China", afirma o relatório.

O PIB do Sudão do Sul terá a maior contração entre todas as economias do mundo, com queda de 13,1%, segundo a previsão do Fundo. Em seguida, aparece a Venezuela, com PIB negativo de 10%: "Essas projeções refletem perspectivas de crescimento mais fracas nas economias avançadas após o voto britânico para deixar a União Europeia (conhecido como 'Brexit') e devido ao crescimento menor que o esperado nos EUA", assinalou Maurice Obstfeld, economista-chefe do FMI, na apresentação do relatório da organização "Perspectivas Econômicas Globais".

A maior redução das estimativas de crescimento econômico foi registrada nos Estados Unidos, a maior economia do mundo, que deve crescer 1,6% este ano e 2,2% em 2017, seis e três décimos a menos que o calculado há três meses. O rebaixamento nos EUA responde a um primeiro semestre "decepcionante" devido aos baixos investimentos empresariais e ao "ritmo decrescente" nos estoques. O Reino Unido, por sua vez, verá seu crescimento cair paulatinamente para 1,8% em 2016, e para 1,1% em 2017, após os 2,2% registrados em 2015. "A incerteza sobre o referendo do 'Brexit' afetará a confiança dos investidores", opinou Obstfeld.

Na zona do euro, o crescimento também segue fraco, com 1,7% este ano e 1,5% em 2017, em ambos os casos um décimo a mais que o previsto em julho, mas abaixo dos 2% registrados em 2015.

No cenário mais imediato, para a zona do Euro, foi divulgado que o PIB da Alemanha cresceu 0,2% no terceiro trimestre-2016 ante o segundo, quando o avanço foi de 0,4%. Já o PIB do Reino Unido, ainda membro da União Europeia cresceu efetivamente 0,5% no terceiro trimestre do ano, em relação ao anterior, apesar dos primeiros efeitos do "Brexit".

Nos EUA, registrou-se que as vendas de imóveis novos diminuíram em outubro 1,9%, em relação a setembro, superando a queda prevista pelos analistas. Por outro lado, a confiança dos consumidores aumentou mais do que o previsto em novembro. O PMI (índice dos gerentes de compras) dos manufaturados também superou a marca, segundo estimativa da Universidade de Michigan.

Divulgada a ata da última reunião do FOMC, realizada no início de novembro, em que a maioria dos participantes expressou a visão de que seria apropriada a elevação dos juros em prazo relativamente próximo, desde que os dados que serão divulgados até a próxima reunião continuem trazendo evidências do fortalecimento da economia.

3.2. Questões relativas ao cenário interno

Nesta reta final do ano de 2016, a crise política voltou ao noticiário, superando os assuntos econômicos e até mesmo a eleição de Donald Trump nos EUA. O confronto entre os ministros da Cultura e o da Secretaria de Governo, com a acusação de ter havido pressão de um sobre o outro – e que acabou por envolver diretamente o Presidente, Michel Temer – com um assunto de natureza privada: a liberação de uma obra de um prédio em Salvador, provocou a demissão de mais dois ministros. Esse fato levou a crise política para o coração do governo.

Tal crise se avolumou e Geddel Vieira Lima, articulador político do Governo com o Congresso, acabou deixando o governo às vésperas da votação da PEC 241 no Senado. Essa PEC é considerada pelo governo uma das principais medidas para a efetivação do ajuste fiscal. A PEC fixa um teto para os gastos públicos, que serão, a partir de 2017 e com duração de 20 anos, reajustados apenas pela inflação do ano anterior. Segundo analistas do mercado financeiro, essa medida, juntamente com a reforma da previdência, ainda não enviada ao Congresso, teriam como resultado a volta da confiança dos investidores e, por conseguinte, a retomada dos investimentos privados. Tal situação traria de volta o crescimento da economia e a recuperação do emprego.

Para tentar minimizar os efeitos da crise, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o presidente Temer, ao lado dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado anunciou um acordo institucional para impedir eventuais tentativas de tramitação no Congresso de medidas de anistia ao chamado caixa dois.

Por outro lado, vem ganhando contornos cada vez mais dramáticos a crise dos estados e municípios em decorrência da severa recessão econômica. O governo do Rio Grande do Sul, assim como o do Rio de Janeiro, decretou estado de calamidade financeira. Isso obrigou a União e os governadores a fecharem um acordo para a liberação de mais de R\$ 5 bilhões para os estados. Essa verba se refere à parcela do que foi arrecadado com o programa de repatriação de recursos mantidos no exterior. Porém, o prazo para a liberação ainda não foi definido.

Ainda no cenário interno, o IBGE informou que o IPCA-15, considerado uma prévia da inflação do mês, depois de ter subido 0,19% em outubro, acelerou a alta para 0,26% em novembro, mas, mesmo assim, foi o menor avanço em um mês de novembro desde 2007. A alta foi puxada por gastos com saúde e cuidados pessoais, além das despesas com transporte e habitação.

Segundo a FGV, a confiança do consumidor brasileiro caiu em novembro, depois de ter registrado seis sequências seguidas de alta. Isso ocorreu pelo acentuado declínio das expectativas em meio à piora crescente no mercado de trabalho. Nesse aspecto, o Ministério do Trabalho informou que em outubro a quantidade de demissões de vagas com carteira assinada superou as contratações no país em 74,7 mil.

A renda variável foi uma ótima alternativa de investimento em 2016. O Ibovespa continua com grande volatilidade, dificultando a vida dos analistas que fazem projeções para os próximos meses e para o próximo ano. Em outubro o Ibovespa fechou com alta expressiva de 11,23%, puxando para cima o desempenho de 2016, que marcou 49,77%. Entretanto, em novembro já houve uma aparente inversão de tendência com o índice fechando em -2,24% e puxando o desempenho anual para 42,81%.

Os índices Anbima mostram que a renda fixa teve bom desempenho em 2016 e, com a baixa da inflação, se tudo se der como previsto, deverá ter também performance favorável em 2017. Os indicadores de vértice curto, aqui representados pelo IRF M1, que registrou em novembro alta de 1,05% e com desempenho no acumulado do ano (até novembro) em 13,36% foram um bom investimento para aquela parcela mais conservadora da carteira. Os de vértice médio, representados pelo IMA B5, que registrou em novembro 0,40% e no ano fechou em 13,89% foram também uma boa alternativa. Os de vértice longo, como o IMB-B, apesar de ter fechado novembro com -1,22%, manteve boa performance no ano com 21,28%, foi ainda melhor como alternativa, pois foi fortemente influenciado pela queda significativa da inflação. Os indicadores de vértice mais longo, como é o IMA B5+, lastreados com títulos exclusivamente com prazo maior ou igual a 5 anos, foi a melhor alternativa do ano de 2016. Embora tenha registrado baixa expressiva em novembro, com -2,04%, manteve no ano uma alta performance, fechando no acumulado até 30/11 em 26,34%.

O Cenário para 2017 é mais incerto, pois terá logo no mês de janeiro o início do governo Trump. A depender das atitudes e ações quanto a questões importantes como: a política externa, a política em relação aos imigrantes, as ações voltadas ao crescimento econômico, principalmente quanto à repatriação de empresas proposta na campanha, quanto aos acordos internacionais já firmados que Trump prometeu revisar ou simplesmente retirar os EUA, poderão ter impactos marcantes nos mercados globais, com a possibilidade de confrontos entre potências e influenciando processos eleitorais em várias regiões do planeta, com consequências de difícil previsão neste momento. Há sérias possibilidades de haver grandes deslocamentos de capitais, provocando muita volatilidade e muitos desafios para os gestores de recursos associados a carteiras de investimentos que, obrigatoriamente, trabalham com visão de longo prazo. Por isso mesmo é fundamental que os gestores de RPPS's fiquem atentos para as mudanças de cenário, iniciando 2017 com a adoção de estratégia mais conservadora para "soltar as rédeas" paulatinamente quando e se forem verificadas condições de mercado que permitam estratégias mais agressivas.

Segue abaixo tabela apresentando as expectativas do mercado financeiro em relação aos principais indicadores econômicos, reveladas através do Relatório de Mercado – Focus, de 25 de novembro de 2016.

Indicador	2016	2017
Crescimento Real do PIB (% aa.)	-3,49	0,98
Produção Industrial (%)	-6,23	1,21
Taxa de desemprego (% - média)		
IPCA (IBGE) - % aa.	6,72	4,93
IGP-M (FGV) - % aa.	7,18	5,22
Taxa Selic Meta – Fim do Ano (% aa.)	13,75	10,75
Câmbio - Fim do Ano (R\$/US\$)	3,35	3,40
Balança Comercial – Saldo (em US\$ Bilhões)	47,00	44,07
Investimento Estrangeiro Direto – IED (em US\$ Bilhões)	65,00	70,00
<i>Fonte: BACEN - Sistema de Expectativas de Mercado</i>		

4. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

4.1. Macroalocação Estratégica

O cenário para 2017 aponta para um ano desafiador na condução dos investimentos. Impasses políticos que estão pendentes neste final de ano, com desfechos imprevisíveis, podem afetar sobremaneira a implementação de propostas de ajuste e retomada de crescimento da economia. Para o mercado financeiro, dada a alta volatilidade esperada, prevê-se aumentos dos riscos com retornos incertos. Para os gestores de recursos previdenciários aconselha-se redobrada cautela. Na carteira de renda fixa, embora o fator risco seja inerente, uma alocação de recursos mais defensiva ganha maior importância. Porém há que haver atenção e agilidade para mudanças estratégicas, quando e se isso se tornar adequado. Na renda variável, o quadro recessivo atinge a economia real, afetando o resultado das empresas e inibindo melhores retornos.

A possibilidade (que parece iminente) de alta do juro americano agrava o quadro, visto que poderá haver uma inversão do fluxo de capitais, com efeitos perversos para a nossa economia.

Neste contexto, os gestores da RIOPRETOPREV deverão fazer monitoramento constante a fim de detectar os movimentos do mercado, adotando estratégias defensivas, moderadas ou mais agressivas, sempre com objetivo de adequá-las ao panorama político e econômico nacional e internacional.

4.2. Objetivo de Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação e Carteira

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS observarão os limites estabelecidos por esta política de investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme descrito abaixo:

OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E CARTEIRA		
Alocação dos Recursos / Diversificação	Alocação dos Recursos	
	Limite Resolução %	Limite Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º	100	-
Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, “a”.	100	50
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, “b”	100	75
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea “a”	80	50
FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea “b”	80	0
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea “a”	30	30
FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea “b”	30	0
Poupança - Art. 7º, V, Alínea “a”	20	0
Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea “a”	20	0
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI.	15	5
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, “a”	5	5

FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5	5
Total do segmento	100	220
Renda Variável - Art. 8º	30	-
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30	5
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	0
FI em Ações - Art. 8º, III	15	15
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5	5
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5	5
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5	5
Total do segmento	30	35
Total Geral	100	255

As alocações estratégicas dos recursos foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta política de investimentos, conforme descrito no item 3 acima.

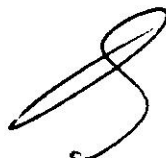
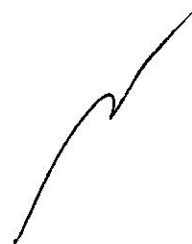
4.3. Segmento de Renda Fixa

Obedecendo-se aos limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010, propõe-se adotar **o limite de no mínimo 70% (setenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) dos investimentos financeiros do RPPS no segmento de renda fixa.**

As operações que envolvam os ativos previstos na alínea "a" do inciso I do Artigo 7º da Resolução 3922 (aquisição de títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC) deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

4.4. Segmento de Renda Variável

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, **limitar-se-ão aos mesmos 30% (trinta por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.**

4.5. Segmento de Imóveis

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

4.6. Vedações

O comitê de investimento do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco citadas no item 7.2 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
- Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
- Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

5. META ATUARIAL

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao **IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a.**, meta esta que poderá ser facilitada no próximo ano pela combinação de uma redução da taxa de inflação (de 6,69% em 2016 para 4,93% em 2017, segundo Boletim Focus de 02-12-16) com a manutenção da Taxa Selic nos patamares atuais (de 13,75% em 2016 e 10,50% em 2017, segundo Boletim Focus de 02-12-16), tendo sempre presente a necessidade de se observar a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão, própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO será própria.

6.1. Gestão Própria

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores, gestores e dos fundos de investimentos junto ao RPPS.

O RPPS tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922/2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

6.2. Órgãos de Execução

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da política de investimento, que deve submetê-la para aprovação do Conselho Municipal de Previdência, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Esta política de investimentos estabelece as diretrizes a serem tomadas pelo comitê de investimentos na gestão dos recursos, visando atingir e obter o equilíbrio financeiro e atuarial com a solvabilidade do plano.

7. CONTROLE DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

7.1. Controle do Risco de Mercado

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo não paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do comitê de investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do comitê de investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

7.2. Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	BBB+ (perspectiva estável)

Moody's	Baa1 (perspectiva estável)
Fitch Rating	BBB+ (perspectiva estável)
Austin Rating	A (perspectiva estável)
SR Rating	A (perspectiva estável)
LF Rating	A (perspectiva estável)
Liberum Rating	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

7.3. Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 180 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

8. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

9. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO – GESTOR E ADMINISTRADOR

A metodologia de avaliação a ser utilizada pelo REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO na seleção de fundos para aplicação de seus recursos buscará analisar separadamente os fundos classificando-os em duas categorias:

- Os fundos tradicionais, administrados pelas grandes instituições financeiras que atuam nos segmentos de renda fixa e renda variável; e
- Os fundos das classes alternativas, chamados de estruturados, como por exemplo:
 - Fundo de Investimentos em Participação;

- Fundo de investimento Imobiliário;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios; e
- Fundo de Renda Fixa Crédito Privado;

Os fundos tradicionais, por seu lado, terão seus gestores segregados dos demais, sendo classificados pelo volume de ativos geridos e estabelecendo-se como linha de corte aqueles que respondem pela gestão de ativos acima de 6 bilhões de reais. O instrumento para essa classificação será o ranking de gestores divulgado pela Anbima que traz a totalidade dos gestores autorizados a funcionar pela CVM.

Os fundos estruturados que poderão receber investimentos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO serão avaliados através de um detalhamento dos fundos e de seus respectivos gestores. Será utilizado como referencial básico: (i) o tempo de atividade do gestor; (ii) seu volume de ativos; (iii) sua performance; e (iv) a experiência na gestão de fundos estruturados.

Além disso, será aplicado o questionário Anbima e feita a verificação do rating das agências classificadoras de risco.

Essa avaliação utilizará como parâmetros os seguintes pontos:

- Tempo de atividade do gestor;
- Volume de ativos administrados;
- Performance;
- Experiência na gestão dos fundos apresentados;
- Questionário de *Duo diligence* da Anbima;
- Relatório de Rating mínimo, conforme tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poor's	AMP-3
Moodys	MQ3
Fitch Rating	M3
Austin	QG2
SR Rating	A
LF Rating	LFg2

Após esse levantamento de informações, os gestores e fundos serão avaliados pelo Comitê de

Investimentos que deliberará sobre a viabilidade do investimento e elaborará relatório circunstanciado que contenha, obrigatoriamente, futuras verificações periódicas.

9.1. Processo de Seleção e Avaliação de Gestores/Administradores

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Histórico e experiência de atuação da gestora e/ou da administradora e de seus controladores;
- b) Volume de recursos sob gestão e/ou administração;
- c) Ambiente de controles, boas práticas operacionais, qualidade da equipe de gestão e/ou administração e gestão de riscos.

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos, como segue:

- Como primeiro mecanismo de proteção, fica estabelecida a obrigatoriedade de aplicar prioritariamente os recursos em fundos de renda fixa e variável cujos gestores estariam acima de uma determinada linha de corte. Esta linha segregará os gestores com ativos totais aplicados no mercado financeiro acima de 6 bilhões de reais, em conformidade com o ranking da Anbima (tabela em anexo, publicada e constante do site da Anbima). Nestes fundos seriam aplicados no mínimo 90% dos recursos.
- A segunda trava, complementar à primeira, contempla obrigatoriedade de manter aplicados nos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa) pelo menos 50% dos recursos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO;
- Os possíveis 10% restantes que podem ser aplicados em fundos de renda fixa e variável cujos gestores tenham ativos totais aplicados no mercado financeiro abaixo de 6 bilhões de reais, necessitam de prévia apresentação para aprovação do Conselho Municipal de Previdência. Essa apresentação ao Conselho seria acompanhada de parecer detalhado elaborado pela empresa consultora e com aprovação formal do Comitê de Investimentos;
- Fundos estruturados terão um tratamento à parte e caso a caso, seguindo a metodologia de trabalho acima citada, com avaliação específica da consultoria e prévia aprovação do Conselho Municipal de Previdência.

9.2. Processo de Credenciamento

Nos termos do art. 3º da Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011, para assegurar as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922, de 2010, os veículos de investimento, por meio das instituições responsáveis por sua administração e gestão, aptos para receber as aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), devem ser objeto de prévio credenciamento.

Com esse objetivo, a Portaria MPS nº 300/2015 previu a obrigatoriedade de registro da análise dos requisitos no “Termo de Análise de Credenciamento” e da decisão de credenciamento no “Atestado de Credenciamento”, que observarão como conteúdo mínimo formulários disponibilizados na página eletrônica do MTPS (internet). Previu-se também que os documentos em meio papel poderão ser substituídos por sua disponibilização na internet em página da instituição credenciada e pela manutenção de arquivo em meio digital no RPPS, para apresentação à auditoria do MTPS e demais órgãos de controle.

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

10. CONTROLES INTERNOS

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III - monitorar o grau de risco dos investimentos;
- IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;

V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser processadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, ou através de corretora devidamente credenciada pelo Comitê de Investimentos. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a Empresa de Consultoria Risk Office, está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os

investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2017.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho do RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS, conforme abaixo elencados, os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo. Portanto podem excetuar-se:

- Fundos fechados, em que a própria característica do produto exige que os investimentos sejam integralizados no lançamento do produto;
- Fundos abertos com prazos de captação limitados (como é o caso dos fundos de vértice lançados pelo Banco do Brasil e pela Caixa);
- Fundos recém lançados por instituições que tenham em seu portfólio de gestão valores que totalizem R\$ 100 bilhões ou mais de recursos financeiros;

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

São José do Rio Preto, 16 de Dezembro de 2016

Proposta aprovada na reunião do Comitê de Investimentos realizada em 06/12/2016:

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Hélio Antunes Rodrigues–Coordenador

Mario José Piccarelli de Castro

José dos Santos Filho

**REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Rodolfo Luiz Taddei Barbosa
Superintendente Interino

**MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO**

Dimas Fernandes

José Martinho Wolf Ravazzi Neto

Wilclem de Lázari Araújo

REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE FEDERATIVO

Valdomiro Lopes da Silva Júnior